

Revisão por pares em periódicos: seus méritos e questões éticas

 Sadão Omote¹

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências. Programa de Pós-graduação em Educação. Avenida Hygino Muzzi Filho, 737 – Mirante. Marília – SP. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: s.omote@unesp.br

RESUMO. Trata-se de uma reflexão analítico-crítica sobre práticas recentes na Educação Especial. Serão problematizados alguns fatores científicos, éticos, sociais, culturais e políticos que parecem perpassar a avaliação desde o planejamento até os processos decisórios relacionados à construção do conhecimento científico na área. Serão abordados: controle ético inerente à indicação e à atuação dos profissionais envolvidos na avaliação; critérios para seleção de revistas; período entre submissão e avaliação; burocratização e hierarquização assimétrica dos processos decisórios; critérios de aprovação e rejeição; armazenamento e sustentabilidade dos dados e dos resultados da pesquisa; seletividade e generalização da análise de dados; revisão ortográfico-gramatical; linguagem acessível; e relação entre qualidade reificada e quantidade da produção científica. O intuito é argumentar que os processos avaliativos precisam contribuir para que a pesquisa aconteça, com sustentabilidade, e não o contrário. Nesse cenário, é fundamental a definição de certos princípios éticos que devem basear a formação de pesquisadores.

Palavras-chave: educação especial, ética, formação de pesquisadores, divulgação científica.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19583	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Peer review in journals: its merits and ethical issues

ABSTRACT. This is an analytical-critical reflection on recent practices in Special Education. It will problematize some scientific, ethical, social, cultural and political factors that seem to permeate the evaluation from planning to the decision-making processes related to the construction of scientific knowledge in the area. The following will be addressed: ethical control inherent in the indication and performance of professionals involved in the evaluation; criteria for selecting journals; period between submission and evaluation; bureaucratization and asymmetrical hierarchization of decision-making processes; criteria for approval and rejection; storage and sustainability of data and research results; selectivity and generalization of data analysis; spelling and grammar review; accessible language; and the relationship between reified quality and quantity of scientific production. The aim is to argue that evaluation processes need to contribute to the sustainable development of research, and not the other way around. In this scenario, it is essential to define certain ethical principles that should underpin the training of researchers.

Keywords: special education, ethics, researcher training, scientific dissemination.

Revisión por pares en revistas: sus méritos y cuestiones éticas

RESUMEN. Se trata de una reflexión analítico-crítica sobre las prácticas recientes en Educación Especial. Se problematizarán algunos factores científicos, éticos, sociales, culturales y políticos que parecen permear la evaluación desde los procesos de planificación hasta la toma de decisiones relacionados con la construcción del conocimiento científico en el área. Se abarcarán: el control ético inherente a la indicación y actuación de los profesionales involucrados en la evaluación; criterios de selección de revistas; período entre la presentación y la evaluación; burocratización y jerarquización asimétrica de los procesos de toma de decisiones; criterios de aprobación y rechazo; almacenamiento y sostenibilidad de datos y resultados de investigación; selectividad y generalización del análisis de datos; revisión ortográfica-gramatical; lenguaje accesible; y relación entre calidad cosificada y cantidad de producción científica. El objetivo es argumentar que los procesos de evaluación deben contribuir a que la investigación se realice de manera sostenible, y no al revés. En este escenario, resulta imprescindible definir ciertos principios éticos que deben fundamentar la formación de los investigadores.

Palabras clave: educación especial, ética, formación de investigadores, divulgación científica.

Introdução

A produção do conhecimento científico é histórica e coletiva. Ao longo de décadas e séculos, as teorias científicas vêm sendo construídas, aprimoradas e consolidadas, ainda que revisões sejam necessárias. E as pesquisas sobre o mesmo assunto são realizadas nos mais variados laboratórios e locais, não restrito unicamente a Universidades e Institutos de Pesquisa.

Para que essa característica essencial da evolução científica possa ser observada, a disseminação dos resultados de pesquisas, não necessariamente conclusivas, é uma prática que vem sendo realizada de longa data. Essa disseminação pode ocorrer na forma de apresentação de trabalhos em congressos científicos da área, publicação de artigos em periódicos e, na medida em que os conhecimentos produzidos sobre um determinado assunto possam ser relativamente sistematizados, a publicação de livro pode ser uma forma de apresentar um conjunto de conhecimentos organizados de modo estruturado.

Para assegurar a validade e a credibilidade da produção científica apresentada, os diferentes formatos de comunicação passam por instâncias de avaliação. O presente texto irá ocupar-se particularmente das publicações em periódicos científicos, cujos originais de artigos submetidos passam por uma avaliação conhecida por revisão por pares (*peer review*)². O procedimento para essa revisão pode ser duplo-cego (*double-blind review*), no qual tanto o avaliador quanto o autor são anônimos um para o outro, ou revisão cega única (*single blind review*), na qual apenas o avaliador é anônimo para o autor. Embora não seja prática corrente no Brasil, há também a assim chamada *triple-blind peer review*, na qual o revisor não tem conhecimento não só do autor do manuscrito como também do Editor ou do Comitê Editorial³ do periódico responsável pelo manejo do artigo submetido.

Importância da revisão por pares

Os pesquisadores, sobretudo os iniciantes, mas também os mais experientes, envolvidos nas suas atividades de investigação com foco em alguma temática específica, podem ter seu olhar particular, que eventualmente pode apresentar-se como um viés. Ainda que tenham feito uma ampla revisão bibliográfica, hoje impossível de fazê-lo exaustivamente, mesmo com o auxílio de recursos da Tecnologia da Informação, importantes estudos publicados podem não ser considerados na elaboração da fundamentação teórica. E outros

problemas podem ser identificados nos originais submetidos a um periódico que prima pela qualidade da sua divulgação.

Assim, os originais submetidos serem revistos por outros pesquisadores da área é uma prática adotada de longa data, no intuito de assegurar a qualidade e correção dos artigos a serem publicados. Comumente, os periódicos submetem os originais à apreciação de dois revisores, cujas avaliações irão auxiliar o Editor/Comitê Editorial a tomar decisão sobre a sua publicação. Em havendo divergência na avaliação, o texto pode ser submetido a um terceiro revisor.

Os revisores precisam dar conta de identificar problemas de diferentes naturezas, como o texto em si (coerência e coesão textual, correção gramatical), a representatividade do referencial teórico, método de pesquisa adequado para o propósito do estudo, coleta e análise adequadas dos dados, interpretação adequada dos resultados encontrados e outros detalhes não menos importantes⁴. Evidentemente, o revisor não precisa conhecer em profundidade suficiente todos esses aspectos para fazer as correções ou sugestões.

Mais do que fazer correções, o seu papel é avaliar a adequação do texto tanto no conteúdo quanto no aspecto formal, recomendando o autor a buscar auxílios específicos para sanar problemas como os gramaticais, estatísticos, resumo em língua estrangeira, e outros que podem não ser do domínio nem dele nem do revisor. Se os revisores, pesquisadores competentes e experientes na área, não têm domínio suficiente, por exemplo, de recursos de estatística para a análise de dados quantitativos, o Editor/Comitê Editorial deve consultar um estatístico especificamente para essa questão. Possivelmente a falta desse cuidado fez com que fossem publicados, mesmo em periódicos respeitados, artigos com erros no uso desses recursos. Talvez o erro mais comum seja o de calcular a média e o desvio padrão, como medidas de tendência central e de dispersão de um conjunto de dados quantitativos, mesmo quando esses dados provêm de medidas ordinais ou de segundo nível de mensuração, nas quais não há unidade constante de medida. Em vez disso, devem ser utilizados a mediana como medida de tendência central e os valores de quartil 1 e quartil 3 como medidas de dispersão. Para um leitor que não identifica esse erro, provavelmente a mediana e os quartis 1 e 3 não teriam serventia, o que não significa isenção de responsabilidade pelo erro cometido.

A revisão por pares não é apenas para aprimorar os artigos a serem publicados, embora esta seja a função precípua. É uma oportunidade importante de aprendizado tanto para o autor quanto para o revisor. Não há uma relação de hierarquia para os dois. Caso o autor

discorde do parecer do revisor, tem pleno direito de contestar, evidentemente com base em fundamentos sustentáveis. Nessa troca, normalmente intermediada pelo Editor/Comitê Editorial, podem ocorrer importantes aprendizados a eventualmente terem repercussão nas próximas produções. Podem referir-se tanto a questões científicas quanto éticas.

Há cuidados especiais que o revisor precisa assumir, alguns dos quais serão tratados no item seguinte sob a rubrica de questões éticas.

Ética na revisão por pares

Ao revisor é atribuída a competência para proceder a julgamentos necessários em busca de aprimoramento dos originais submetidos, antes da sua publicação em um periódico. Tem atribuições específicas não estritamente técnico-operacionais, mas também aquelas orientadas por princípios ético-acadêmicos, das quais se ocupará o presente item.

O Editor/Comitê Editorial deve escolher os revisores que possuem perfis adequados para avaliar cada artigo submetido, levando em consideração a compatibilidade entre o assunto tratado no texto e a formação do possível revisor, observando a sua experiência de pesquisa na mesma área, domínio do referencial teórico e domínio das questões metodológicas, desde o delineamento até a coleta e análise de dados. Caso o revisor indicado, após ler os originais, sinta-se não estar em condições plenas de avaliar o texto com a necessária propriedade, deve ser retornado o pedido para o Editor/Comitê Editorial⁵.

A falta dessa preocupação pode eventualmente levar o revisor a avaliar os originais com base no seu próprio referencial teórico ou sem o necessário domínio dos procedimentos metodológicos empregados e do objeto de investigação. Ainda que eventualmente não apoie o referencial teórico empregado, se o revisor decide mesmo avaliar o texto, é preciso verificar a solidez e consistência dos argumentos empregados nas discussões procedidas. O mesmo precisa ser realizado com as questões metodológicas.

Quaisquer que sejam os rumos de uma avaliação, o parecer deve ser construído com a necessária polidez e civilidade. Ocasionalmente, verificam-se pareceres que deixam a desejar do ponto de vista ético, fazendo o autor sentir-se um tanto inferiorizado. É preciso lembrar que tanto o revisor quanto o autor são pesquisadores, com a formação e experiência semelhantes, apenas desempenhando papéis distintos. Aquele que avalia hoje será amanhã avaliado, eventualmente até mesmo por aquele autor cujo trabalho avaliou.

Talvez o conceito psicológico de “síndrome do pequeno poder”⁶ se aplique em algumas situações de avaliação, não só de originais submetidos a periódicos, como também em outras situações de avaliação tão comuns na vida acadêmica. O *blind peer review* é um procedimento importante para tais situações de avaliação para evitar diferentes tipos de vieses e eventuais constrangimentos. Não se trata de escudo para a proteção no anonimato.

Ao lado de uma série de prudências por parte dos revisores, naturalmente cabe ao Editor/Comitê Editorial uma grande parcela de responsabilidade. É preciso escolher adequadamente os revisores, tanto em termos de sua formação e experiência quanto em termos de eventuais “impedimentos” em vista dos diferentes vínculos entre revisores e os autores. É preciso assegurar todas as condições para a não aceitação do compromisso de avaliação, por diferentes motivos, poder ocorrer livremente, para que o revisor não se sinta compelido a cumprir a “missão que lhe foi confiada”.

Ao retornar o parecer do revisor, o Editor/Comitê Editorial deve analisar o seu teor quanto à sua pertinência ao propósito da revisão e às eventuais implicações éticas⁷. Com tal procedimento, poderia evitar algumas situações constrangedoras ocasionadas por pareceres um tanto descuidados. É preciso considerar que o autor cujo trabalho é avaliado tanto pode ser um colega pesquisador experiente quanto um noviço na sua primeira ou primeiras experiências de submissão de texto de sua autoria a um periódico. O necessário cuidado na elaboração do parecer é fundamental até para evitar situação não tão comum de acabar por desencorajar um iniciante na carreira acadêmica a buscar publicação em periódico qualificado, eventualmente ficando à mercê das assim chamadas “revistas predatórias”. Tempos atrás ouvi uma estudante de graduação dizer que nunca mais iria encaminhar artigo para revista, porque simplesmente foi denegado sem nenhuma explicação, pensando que talvez fosse devido ao fato de ela ser uma pessoa completamente desconhecida. Além do propósito maior de assegurar a publicação de textos de qualidade, é conveniente também lembrar que há uma certa responsabilidade aí implicada de formação e aprendizagem, não só de iniciantes, mas também de pesquisadores com alguma ou até bastante experiência. É um diálogo permanente que deve ocorrer, tendo em vista também a qualificação progressiva de novos autores.

Em vista do crescente número de publicações, há também demanda crescente de revisões a serem realizadas. Daí, a necessidade de se formarem novos revisores. Aos recém doutores com razoável experiência de publicação e pesquisa, deve ser proporcionada essa

possibilidade. Nem sempre, o iniciante é devidamente orientado pelo Editor/Conselho Editorial sobre o que deve ser avaliado e como deve ser elaborado o parecer, com a devida contextualização e significação desse trabalho. Os periódicos que primam pela sua qualidade e credibilidade precisam levar seriamente em consideração o modo de buscar uma relação produtiva entre o Editor/Conselho Editorial, revisor e autor.

A formação como avaliador de originais submetidos a um periódico pode caminhar lado a lado com a consolidação da formação de jovens pesquisadores. A leitura e análise cuidadosas de textos escritos por outrem podem representar oportunidade ímpar para o pesquisador em formação desenvolver habilidades metodológicas e de escrita, poder de síntese e julgamento crítico isento de tendenciosidades, resultando em círculo virtuoso de formação de melhores autores.

A formação de novos autores seguramente se constitui em uma base sólida para garantir a qualidade das publicações futuras. Seja no processo de formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, seja no convívio no mundo acadêmico por meio de publicações, novos autores devem ser formados com alguns cuidados básicos na elaboração do texto e até mesmo em relação a alguns pequenos detalhes facilmente contornáveis. Em uma descrição detalhada do processo de avaliação adotado pela *Revista Brasileira de Educação Especial*, Manzini (2004) apontou problemas como a necessidade de revisão gramatical e ortográfica e de adequação às normas do periódico¹. Na análise de artigos submetidos a quatro fascículos desse periódico, o autor apontou que, dos 36 originais submetidos, foram aprovados apenas 24.

Esse quadro aponta a responsabilidade do autor, que deve envidar todos os esforços para submeter os originais o mais bem preparados, recorrendo inclusive a auxílio de revisor da língua portuguesa, do resumo em língua estrangeira, da análise estatística e outras questões, sempre que julgar necessário. Esse cuidado indica mérito do autor por buscar a construção de um bom texto, em vez do demérito por necessitar do auxílio alheio. Nesse contexto, não se pode admitir a possibilidade de alguém, talvez até mesmo um tanto aventureira e levianamente, submeter um texto para “ver se será publicado”. Envolve toda a responsabilidade acadêmica e ética de que cada autor for capaz. Trata-se de uma situação de

aprendizagem de todas as partes envolvidas em condição de igualdade, apenas desempenhando papéis distintos.

O texto de Manzini (2004) traz apontamentos feitos para pareceristas, que podem dar importantes direcionamentos a autores também. Acima de tudo, cada autor, por mais experiente que seja, deve realizar repetidas revisões de originais, consultando especialistas em alguns assuntos dos quais não têm domínio pleno, como no caso de análise estatística. Embora possa não ser esse o propósito, ao proceder com esses cuidados, poderia abreviar todo o processo, resultando em maior agilidade na publicação, o que favoreceria toda a comunidade acadêmica. Este é o maior propósito da publicação; o enriquecimento curricular é mera decorrência.

Mesmo com todos esses procedimentos cuidadosos, entende-se que a avaliação final da relevância de um artigo é dos leitores. Tal avaliação não pode ser simplificada simplesmente em termos de número de citações, valorizado em algumas instâncias. Embora seja difícil de ser realizada, essa avaliação deve relacionar-se com significativas implicações do artigo avaliado, no sentido de levar a novas interpretações do objeto investigado e/ou a novas investigações. O impacto de um artigo não aparece necessariamente com a sua publicação; às vezes, somente após anos ou até algumas décadas é que um artigo pode ser “descoberto” e valorizado. A tendência atual de considerar a atualidade de um texto com base em cronologia implica risco de não ocorrer essa “descoberta”⁸.

Considerando que a avaliação final de uma publicação é dos leitores, talvez fosse conveniente um periódico científico abrir canais de comunicação entre o Editor/Comitê Editorial, avaliador, autor e leitor, ainda que isso implique anular as consequências benéficas da avaliação cega por pares, tornando-se avaliação aberta por todos os partícipes. Pode ser um tanto ficcional a ideia, mas talvez valha a pena pensar nessa possibilidade, considerando que a devida experiência, maturidade e compromisso acadêmico-ético de todas as partes envolvidas podem permitir visualizar novos modos de buscar a qualidade das publicações. Afinal, a qualidade das publicações pode depender, ao menos em parte, da participação aberta e franca de todas as partes envolvidas. Pode ser uma oportunidade para favorecer essa maturidade acadêmica o mais isento possível de tendenciosidades pessoais de qualquer natureza. Seria um resultado privilegiado e invejável em busca da maturidade acadêmica crescente de todas as partes envolvidas.

É exatamente isso que o periódico *Ensaio: Pesquisa em Educação e Ciências* vem realizando há cerca de três anos (Mendonça et al., 2023) com a avaliação aberta. Um resultado bastante promissor dessa prática é a publicação do assim chamado “artigo-parecer”, sob a responsabilidade do parecerista (individualmente ou em dupla), por meio do qual todas as partes envolvidas – Editor/Comitê Editorial, autores, pareceristas e leitores – podem realizar discussão aberta sobre o mérito do artigo, assim como da sua avaliação. Tal publicação só se concretiza mediante a anuência das partes responsáveis.

A possibilidade dessa invejável prática pode ser discutida por outros periódicos, sobretudo das áreas nas quais comportam variadas discussões, como nas Ciências Sociais e Humanas. Desse modo, o periódico contribui não só para a disseminação das pesquisas, como também para a formação cada vez mais sólida não só de jovens pesquisadores, como também daqueles com uma longa experiência. Pode ser particularmente importante para o avanço das Ciências, considerando que pesquisador nenhum alcança a plenitude na sua formação, tanto porque as realidades investigadas quanto os procedimentos e recursos de pesquisa estão em permanente mudança, requerendo revisões permanentes.

Campanário (2002) e Mizzaro (2003) levantam sugestões no sentido de eliminar o procedimento de *blind review* e realizar revisão aberta com a identificação das partes envolvidas, o revisor e o autor, e deixar que a comunidade acadêmica faça a sua própria avaliação, permitindo que os comentários dos leitores se tornem públicos.

Enfim, são algumas possibilidades aventadas pela comunidade acadêmica para tornar mais eficiente e ágil um necessário processo para assegurar a publicação de textos de qualidade, que possam trazer contribuições significativas para cada área de pesquisa. Essas e outras alternativas precisam ser debatidas em busca do aprimoramento e com a rigorosa observância dos preceitos éticos.

Da agilidade na disseminação

Todo o processo para assegurar a qualidade das publicações em periódicos é um tanto demorado, sobretudo em tempos em que a disseminação de informações de um modo geral ocorre rapidamente. Toda cadeia é representada pela preparação do artigo, submissão ao periódico escolhido, apreciação inicial pelo Editor/Comitê Editorial, avaliação por revisores, mediação do Editor/Comitê Editorial entre revisores e autor, eventual reformulação pelo autor, nova submissão, revisão final, aceite dos originais e a sua publicação.

Um breve levantamento feito há cerca de 20 anos, e, portanto, talvez não reflita bem a realidade atual, indica número altamente variável de dias entre a recepção dos originais e o seu aceite final. Em um periódico, esse prazo variou de 5 a 474 dias, com a média de 162,8 e desvio padrão de 90,4 dias. Num outro periódico, possivelmente mais procurado pelos autores, o prazo variou de 54 a 1187 dias, com a média de 415,6 e desvio padrão de 197,4 dias (Omote, 2005). Adicione-se a isso o prazo entre o aceite e a efetiva publicação, até com a possibilidade de um período de espera em função da demanda de artigos para a publicação

Um grande desafio a ser enfrentado é reduzir esse tempo, da submissão à publicação dos artigos, visando a agilizar a disseminação dos resultados de pesquisas, o que pode implicar também a redução do tempo para a eventual replicação de alguma pesquisa relatada, tão importante quanto o estudo original, ou alguma discussão por parte de algum leitor, subsequentemente à publicação e a respectiva resposta pelo autor original. Assegurar a qualidade das publicações é essencial, porém essencial é também agilizar a circulação de resultados de pesquisa. Isso talvez possibilite concretizar uma prática pouco comum no Brasil de réplica e tréplica que, evidentemente, precisa ocorrer com bastante agilidade. Compartilhar debate dessa natureza é altamente salutar para construir a maturidade acadêmica coletiva em áreas específicas.

Mesmo reconhecendo a necessidade dessa longa tramitação, é quase inaceitável que, entre a submissão e a disponibilização do texto aos leitores decorram eventualmente até mais de três anos nos tempos atuais em que as informações circulam tão rapidamente. Dependendo do assunto, a discussão desenvolvida no artigo pode até tornar-se um tanto obsoleta quando da sua publicação, em vista de novas pesquisas.

Apenas a título de exercício de imaginação sobre a possibilidade de buscar realizar essa meta, quero compartilhar algumas ideias, seguramente já pensadas e até tentadas por alguns periódicos. Pode ser mera especulação, mas talvez valesse a pena discuti-las seriamente por parte de todas as pessoas envolvidas, da produção da versão inicial de um artigo até a sua efetiva publicação.

Como já foi dito, o Editor/Comitê Editorial tem a responsabilidade de assegurar a qualidade científica dos artigos a serem publicados. No entanto, ele não é o responsável último nem único nesse empreendimento. Todas as partes envolvidas na disseminação do conhecimento científico – autor, Editor/Comitê Editorial, revisor e leitor – são direta ou indiretamente responsáveis para alcançar tal meta.

O Comitê Editorial é constituído por pesquisadores experientes na área a que se refere o periódico, e plenamente competente para avaliar a qualidade dos originais submetidos. Assim, poderia assumir a responsabilidade pela decisão de publicar ou não cada artigo submetido. Certamente, será necessário ampliar o Comitê para desempenhar eficientemente essa competência, mesmo sem o auxílio de revisores. O procedimento de solicitar a algum parecerista avaliar o original, deve ser mantido quando este tratar de assunto de alta complexidade e especificidade para o qual os integrantes do Comitê não têm condição de opinar ou quando tratar de assunto muito polêmico. Assim, possivelmente uma parte expressiva dos originais submetidos devem ser publicados sem a necessidade de apreciação por parte de pareceristas, alguns dos quais sabidamente demoram muito para o cumprimento desse compromisso.

Tal procedimento pode contribuir para atender a uma crítica comum, relativa ao longo tempo decorrido entre a submissão e a publicação final do artigo. Em algumas áreas, como nas Ciências Humanas e Sociais, em que ocorrem muitas transformações rápidas, a redução no intervalo de tempo entre a realização de uma pesquisa e a disseminação dos resultados é particularmente importante.

O Comitê Editorial com tal composição e função pode também contribuir para minimizar ou eliminar um alerta levantado por Davyt e Velho (2000) de que um revisor anônimo e *ad hoc* pode implicar a ocorrência de endogenia e a possibilidade de, sob a proteção do anonimato, fazer avaliações negativas indevidas sob diferentes motivações.

Embora haja reconhecimento da necessidade de avaliação dos originais pelos pares antes da sua publicação, há sugestões de práticas alternativas. Algumas dessas sugestões possivelmente seriam impraticáveis ou inoperantes no nosso meio; por exemplo, a adoção de revisão aberta com a identificação das partes envolvidas em vez de *blind review*, a eliminação total da revisão e deixar que a própria comunidade científica faça a sua avaliação das publicações, o pagamento dos revisores, a substituição das publicações impressas em papel por meios mais velozes e econômicos, etc. (Campanário, 2002; Mizzaro, 2003). Há também sugestões que merecem ser analisadas com cuidado: a publicação de metajornal, que pode coexistir com o procedimento atual (Campanário, 2002), complementar revisão por pares com comentários dos leitores (Mizzaro, 2003), etc.

Participação do leitor na qualidade das publicações

Em todo o processo de disseminação do conhecimento por meio de publicações, o leitor passa a ter também participação na busca da qualidade delas. De um modo geral, o leitor, que também é pesquisador da área, realiza a sua própria avaliação do artigo lido, silenciosa e solitariamente ou com colegas e alunos em grupo de pesquisa ou sala de aula. Essa avaliação poderia ser aproveitada seja por meio de breves comentários em seção específica para esse propósito seja por meio de artigo crítico acerca do assunto tratado. Creio ser bastante saudável esse espaço para o diálogo entre o autor e os leitores, principais protagonistas desse compromisso acadêmico. Esforços dessa natureza vêm sendo realizadas pela revista *Ensaio: Pesquisa em Educação e Ciências* (Mendonça et al., 2023).

Evidentemente, uma relação dessa natureza requer maturidade e responsabilidade das partes envolvidas, seja em termos acadêmicos seja em termos éticos. Não pode existir espaço para comentários levianos e críticas infundadas. É um compromisso a ser cumprido coletivamente. Mesmo com a participação responsável das partes envolvidas, pode ser necessário algum mecanismo de controle. Uma boa prática, não muito usada em periódicos brasileiros, pode ser a retratação por parte do autor, se o seu texto for publicado com descuidos grosseiros como fraude ou plágio.

Uma prática bastante saudável para todo o debate acadêmico sobre um tema, seja por meio de relatos de pesquisa seja por meio de ensaios teóricos, é a possibilidade de réplica por parte de algum leitor e a de tréplica por parte do autor em resposta às considerações do leitor. Tal prática não é comum nas publicações brasileiras. Talvez seja decorrência de um entendimento equivocado da ética acadêmica.

Uma réplica, como também a tréplica, precisa estar devidamente fundamentada em argumentos cientificamente defensáveis e isentos de tendenciosidades ideológicas ou decorrentes de opções teóricas pessoais. Um bom debate entre o autor e o leitor, tornado público desta forma, pode inspirar novas investigações, inclusive para os leitores desses textos, contribuindo para o avanço da pesquisa na área.

Essa prática, integrada à rotina das atividades acadêmicas dos pesquisadores, pode também contribuir para minimizar ou até impedir a ocorrência de publicação de artigos com dados forjados, hoje denunciada com certa frequência em bons periódicos. Neste caso, o autor pode ser obrigado a escrever artigo de retratação. Toda essa questão tem profundas implicações éticas, podendo contribuir para aprimorar os preceitos éticos convencionais.

Ainda que não seja um desprezível exercício de forjar os dados, mas um tanto ingênua e descuidadamente, um pesquisador pode omitir parte dos dados que não está em conformidade com a sua hipótese de trabalho ou supõe ser irrelevante. Se todo o procedimento metodológico for adequado, qualquer dado levantado tem a sua relevância e deve ser relatado. Os dados que fogem à discussão central da pesquisa podem ser relatados em uma seção de adendo, talvez sob o título de Considerações Finais. Podem tais dados não ser relevantes para a discussão proposta pelo autor, porém pode sê-lo para algum leitor, inspirando-lhe possíveis reflexões ou até novas pesquisas.

Assim, um pesquisador que eventualmente omite parte dos dados, orientado pelo seu particular e equivocado ponto de vista de que uma boa pesquisa é aquela que confirma a hipótese de trabalho, pode estar infringindo os preceitos da ética em pesquisa, ainda que não intencionalmente. Costumo dizer que a hipótese não é para ser confirmada. A sua não confirmação permite revê-la, e formulá-la de modo mais adequado e completo. Os resultados conflitantes, desde que a pesquisa tenha sido planejada e conduzida adequadamente, podem representar privilegiada oportunidade de novas reflexões e debates até então não vislumbrados.

Outra questão para a qual o leitor precisa estar particularmente atento e eventualmente contribuir para o enriquecimento da área diz respeito ao tratamento e interpretação dos resultados da pesquisa. Tanto a análise, seja ela quantitativa ou qualitativa, quanto a interpretação dos dados precisam estar isentas de tendenciosidades pessoais do pesquisador. Naturalmente, muitos pesquisadores têm suas opções teóricas, por meio das quais procuram compreender uma dada realidade, realizando pesquisas e interpretando os resultados. Entretanto, como costumo dizer, as teorias precisam curvar-se diante dos dados. Significa que nem todos os resultados podem ser interpretados segundo uma teoria específica. Se um pesquisador o fizer, corre o risco de restringir a compreensão do fenômeno. Não vejo, particularmente, nenhum problema em um pesquisador não seguir alguma teoria específica, lançando mão daquela que permite explicar melhor os dados encontrados para a compreensão mais fiel e plena possível do fenômeno sob investigação. A opção teórica implica a possibilidade de investigar determinados fenômenos sob uma certa ótica.

Na análise de dados coletados, o pesquisador pode fazer uso de diferentes ferramentas, seja na assim chamada análise qualitativa ou análise quantitativa. A opção por uma ou outra ferramenta também requer particular cuidado, observando a natureza dos dados disponíveis e

o que se pretende pôr em evidência nessa análise. Não raras vezes se ouve a expressão do ponto de vista segundo o qual as análises qualitativa e quantitativa seriam quase incompatíveis. Poderia ser profícuo, compreendê-las como complementares. A característica inerente a quaisquer dados de pesquisa refere-se a suas qualidades, as quais – e todas elas – podem ser quantificadas de alguma maneira. Muitos pesquisadores podem discordar totalmente dessa afirmação, porém tenho me pautado por essa ideia sempre que busco diferentes procedimentos de análise de dados de uma pesquisa.

Em se tratando da assim chamada análise qualitativa, muito frequentemente definem-se categorias temáticas para, por exemplo, enquadrar cada trecho de uma fala ou escrita em alguma categoria. Frequentemente, o pesquisador que assim procede conta a frequência de ocorrência de respostas em diferentes categorias temáticas e talvez até transforme essas frequências em porcentagens... e termina aí a sua pretensa análise “quali-quantitativa” ou “quanti-qualitativa”.

Quando, em função da natureza dos assim chamados dados quantitativos, o pesquisador decide proceder a uma análise presumidamente mais rigorosa, por meio de alguma ferramenta estatística, colocam-se algumas questões fundamentais: (1) a natureza da mensuração da qual resultaram aqueles números; (2) a ferramenta estatística adequada tanto em função da natureza dos números quanto em função do grau de rigor com que diferentes ferramentas eventualmente disponíveis podem realizar a análise; (3) se se trata da comparação de dois ou mais conjuntos de dados, provenientes de diferentes grupos, é preciso observar se são independentes ou interdependentes; (4) se os conjuntos de dados são provenientes dos mesmos grupos, precisam ser tratados como interdependentes; etc.

Nessa análise, por desinformação ou descuido, podem ser utilizadas ferramentas inadequadas, o que pode levar o pesquisador a conclusão equivocada, em função, por exemplo, da maior ou menor sensibilidade de uma ferramenta comparativamente a outras disponíveis para a mesma análise. Tendo domínio seguro dessas ferramentas, um pesquisador excessivamente preocupado em pôr em evidência a validade da sua hipótese de trabalho, pode sentir-se premido a utilizar uma ferramenta que mais lhe convém a esse propósito.

Enfim, são inúmeras as questões com implicação ética que requer também dos leitores especial atenção. Os leitores, como membros da comunidade acadêmica, não são meros consumidores de conhecimentos disseminados por meio de publicações. Em vez disso, precisam atuar como coadjuvantes no processo de construção do conhecimento, respondendo

de modo adequadamente crítico. Nesse sentido, a sua omissão também talvez possa ser qualificada como antiética.

Algumas das considerações tecidas neste texto são decorrentes, até um certo ponto, de convicções pessoais que se consolidaram no decorrer de pouco mais de cinco décadas de atuação como pesquisador. Certamente, há vieses decorrentes de experiências particulares, com momentos e desafios *sui generis*. Expresso aqui tais convicções na expectativa de que possa causar alguma inquietação no leitor, levando-o à necessária reflexão para eventuais contestações.

Tudo isso pode parecer um tanto utópico, mas a utopia é necessária para dar norte no propósito de alcançar as metas. Quantas utopias do passado não são hoje uma realidade presente na vida cotidiana?

Referências

- Campanario, J. M. (2002). El sistema de revisión por expertos (peer review): muchos problemas y pocas soluciones. *Revista Española de Documentación Científica*, 25(3), 166-184.
- Davyt, A., & Velho, L. (2000). A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 7(1), 93-116.
- Manzini, E. J. (2004). Avaliação de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 10(3), 273-286.
- Mendonça, P. C. C., Franco, L. G., Massi, L & Coelho, G. R. (2023). Experiências da revista Ensaio Pesquisa em Educação e em Ciências com avaliação por pares aberta. *Ensaio: Pesquisa em Educação e Ciências*, 25, e42617, 1-9.
- Mizzaro, S. (2003). Quality control in scholarly publishing: A new proposal. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 54(11), 989-1005.
- Omote, S. (2005). Revisão por pares na Revista Brasileira de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(3), 323-334.
- Saffioti, H. I. B. (1989). “A síndrome do pequeno poder”. In Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. de A. (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder* (pp. 13-21). São Paulo, Iglu Editora.

Notas

1. O Professor Leonardo Santos Amancio Cabral, da Universidade Federal de São Carlos, tomou parte na discussão de alguns dos temas aqui tratados, mas não foi possível participar da sistematização das ideias e da escrita deste texto, razão pela qual registro os agradecimentos aqui, mas não consta como co-autor.
2. “Revisão por pares” parece ser mais apropriada que “avaliação por pares”, considerando que avaliador é também avaliado quando submete os seus originais a um periódico, eventualmente até por aquele cujo trabalho avaliou.
3. Doravante será referido pela nomenclatura “Editor/Comitê Editorial”.
4. Talvez a verificação da adequação dos originais às normas do periódico possa ser da responsabilidade do Editor/Comitê Editorial.
5. A esse propósito, algum tempo atrás recebi, por cerca de dois anos, pedidos de avaliação de artigos submetidos a periódicos de áreas totalmente distintas da minha formação e atuação.
6. A expressão ‘Síndrome do pequeno poder’ ficou conhecida no Brasil ao ser utilizada por Saffioti (1989). Embora seja referido a outro contexto, parece pertinente também no meio acadêmico.
7. Em situação de permanente formação e aprimoramento, não se pode permitir a permanência ou até o agravamento da “Síndrome de Peter Pan”, de que alguém eventualmente pode sofrer. Não é concebível que os originais precisem retornar os autores, ou até rejeitados sumariamente, por problemas dessa natureza.
8. Por estar fora do escopo do presente texto, não é aqui discutido, mas é importante lembrar que o conhecimento científico se constrói histórica e coletivamente. A valorização das publicações dos últimos 10 anos, muito comum hoje, ignora o caráter histórico da construção do conhecimento científico.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 27/01/2025
Aprovado em: 10/03/2025
Publicado em: 16/06/2025

Received on January 27th, 2025
Accepted on March 03rd, 2025
Published on June, 16th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19583	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------

Não tem.

Funding

No Funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Omote, S. (2025). Revisão por pares em periódicos: seus méritos e questões éticas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19583.

ABNT

OMOTE, S. Revisão por pares em periódicos: seus méritos e questões éticas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 10, e19583, 2025.